

A Universidade no Capitalismo Tardio: notas sobre o novo regime de acumulação, a burocracia e o pós-modernismo

Amom Rodrigues Morais*

Este trabalho visa abordar uma contradição no interior da universidade, em particular na esfera das ciências humanas. Contradição que a universidade, enquanto instituição, reproduz na relação da sua forma com seu conteúdo. Na sua forma, ela combina estrutura e funcionamento baseados em tipos de burocracia tanto tradicional quanto moderna. Ao passo que no seu conteúdo de reprodução do saber filosófico e científico, a universidade tem produzido teorias e perspectivas pretensamente libertárias opostas à sua própria forma de manutenção. Essa conjugação pode ser caracterizada como uma espécie de impasse ou crise nas ciências humanas, reflexo, talvez, do abalo que vem sofrendo no contexto das mudanças na sociabilidade do capitalismo tardio¹. Mudanças nas formas sociais que acabam por determinar a substância própria do ambiente acadêmico, estruturalmente reacionário na forma e presumivelmente progressista nos conteúdos ideopolíticos que propaga.

Nesse sentido, dizer de uma crise na universidade, em particular, nas humanidades, é apontar seus limites e insuficiências no que diz respeito à sua relevância social, inclusive diante de demandas populares e anseios comunitários reais. Tais limites revelam a incapacidade crescente da universidade enfrentar o desafio das questões sociais mais prementes e decisivas de seu contexto. Esta crescente limitação, além de já estar ligada à sua própria natureza de classe, parece estar, ademais, relacionada com suas reconfigurações institucionais, administrativas, científicas e culturais inseridas e determinadas no quadro geral das transformações na economia política contemporânea.

Para demonstrar essa relação, que para alguns parece absurda, entre a natureza da universidade e mudanças no capitalismo, é necessário apresentar os nexos causais entre estrutura econômica e suas mediações ideais e culturais pelas quais a reprodução social se

* Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa: Bases Históricas e Epistemológicas da Psicologia. Teve como tema de pesquisa: A Subjetividade na Ontologia do ser social de György Lukács.

¹ O capitalismo tardio é o período em que a industrialização se generalizou para todos os aspectos da vida social (pós 1945). Nesse momento histórico, a produção de bens e serviços se amplia, se diversifica e se expande substancialmente, de tal maneira a abarcar toda a reprodução social, indo da agricultura até a esfera da circulação do consumo, do lazer e, sobretudo, da cultura. Com essa enorme diferenciação da produção e consumo de bens e serviços de toda natureza, obteve-se uma aceleração das trocas sociais, e consequentemente a descartabilidade e a obsolescência planejada, num contexto de fragmentação e dispersão do trabalho e de outros complexos da vida cotidiana (MANDEL, 1982).

dá. Daí que o texto inicialmente traz uma descrição sumária da reorganização do capitalismo na última metade do século XX, de tal modo a indicar os aspectos do impacto que essas transformações trouxeram para o aparato burocrático de instituições estatais e públicas. Em seguida, aborda-se a dimensão ideal e cultural dessas mudanças socioeconômicas, associadas às novas teorias e práticas reproduzidas no ambiente universitário, problematizando o quão elas podem representar um engodo e um retrocesso para a própria instituição, assim como para o plano político e social como um todo.

Certamente, a universidade não mantém a mesma função social da época de seu surgimento no século XIII². Com o advento do modo de produção capitalista, a estrutura e função da universidade, assim como de outras instituições sociais, são profundamente modificadas, tendo seu papel ressignificado a partir das exigências e demandas da nova sociedade que surge. Porém, se a universidade se redefine com o capitalismo enquanto instituição decisiva na e para a reprodução social, não significa dizer que ela é monolítica e estática. Assim como o modo de produção do capital do século XVII não é o mesmo que aparece hoje. Obviamente, tanto o capitalismo quanto a universidade sofreram mutações na história, de modo mais importante, para nós, as que sucederam no último século são as mais determinantes delas. De maneira mais específica, as transformações na economia política e na universidade no final do século XX são as que aqui nos interessam.

A partir de 1914 foram introduzidas algumas inovações nos processos de organização do trabalho nos países de capitalismo central. Nos Estados Unidos, por exemplo, Henry Ford implementou um conjunto de racionalizações de velhas tecnologias seguida de uma detalhada divisão do trabalho. A grande novidade de Ford, o fordismo, foi em reconhecer, de maneira clara e sistemática, a tendência de que a produção em massa correspondia ao consumo de massa. Isto também significou a emergência de um renovado sistema de reprodução da força de trabalho, além de outra política de controle da gerência de trabalho, acompanhada de uma nova estética e também de uma nova psicologia. Com tudo isso,

² De acordo com Janotti (1992), “no fim do século XII e começo do XIII *universitas* é aplicada para designar as corporações tanto de professores quanto de estudantes (mas continua, e por muito tempo, a ser aplicada a outras corporações, como, por exemplo, de comerciantes, de artífices etc.), e nesse sentido escolástico era simplesmente uma espécie particular de corporação – uma associação de pessoas exercendo uma ocupação comum para a regulamentação do seu ofício e proteção de seus direitos contra o mundo exterior” (p. 23-24). Assim, de acordo com esse autor, o termo, a princípio, não era usado absolutamente: a expressão era sempre ‘universidade de estudantes’, ‘universidade de mestres e estudantes’, ‘universidade de estudo’.

forjava-se outra sociedade, democrática, racionalizada, modernista e populista. (HARVEY, 1992).

A sociedade que se constituía na produção e consumo em massa, se deu num esforço de racionalização da sociabilidade que visava, com seus novos métodos, a criação de um novo tipo de trabalhador e, em última análise, um novo homem. A reorganização do trabalho, seu ritmo, tempo, dinâmica etc., também refletia em outros aspectos da vida cotidiana o que implicava outra maneira de viver, pensar e sentir as novas experiências no interior de novas relações sociais. Essas transformações na sociabilidade reverberaram nos hábitos, costumes das pessoas de maneira significativa e, sobretudo, nas várias outras instituições sociais vigentes, como o Estado, de forma geral, em suas repartições diretas e indiretas.

O papel do Estado não foi de modo algum passivo, ao contrário, teve uma função altamente ativa no processo de racionalização do fordismo e na nova fase da economia política. Com a crise de 1929, por exemplo, o *New Deal* de Roosevelt teve como objetivo intervir, com a mão do Estado, na economia de mercado para salvar os bancos e o capitalismo. Com isso, a partir dos anos 1930, o fordismo obteve o apoio decisivo das políticas keynesianas e depois de 1945 esse modelo de capitalismo se expandiu internacionalmente. Na Europa do pós-guerra, a intervenção do Estado no planejamento estratégico de desenvolvimento foi o modelo adotado de reconstrução em alguns países.

Dessa forma, houve um reequilíbrio combinado entre trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado-nação. É importante destacar, nesse sentido, a centralização do capital na coordenação dos rumos da sociedade nesse período com o paradigma da racionalidade da organização corporativa que se estende para outros complexos sociais (HARVEY, 1992).

A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos de produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática. As decisões das corporações se tornaram hegemônicas na definição dos caminhos do crescimento do consumo de massa (HARVEY, 1992, p. 129).

A produção e consumo de massa, oriundas do fordismo, também representaram amplamente um modo e estilo de vida, engendrando uma nova estética do modernismo. A funcionalidade e a eficiência se tornaram signos da nova racionalidade burocrático-técnica. Para que todo esse conjunto de dispositivos organizacionais funcionasse era necessário uma administração burocrática centralizada, em que a dominação do poder se exercia diretamente

enquanto controle e regulação, pelas normas, das atividades produtivas materiais e reprodutivas das relações sociais. Ou seja, da família à empresa e sindicato, da escola à universidade, a reprodução social era perpassada por um gerencialismo estatal, fundido com as velhas tradições de cultura hierárquica que perfaziam uma imagem austera da rigidez.

Inserida nesse quadro estrutural genérico, a universidade acaba por reproduzir no seu interior uma racionalidade técnica que afeta não só a esfera administrativa, mas também, sua função social, seu papel e sentido. Inclusive, no que se refere à docência e pesquisa, o peso da estrutura administrativa e burocrática interfere na sua efetivação plena e autêntica da formação que está para além da quantificação e seus formalismos (CHAUÍ, 2001).

Antes do período denominado de *Welfare State*³, predominou a hegemonia do liberalismo clássico⁴, e a universidade respondendo a este contexto procurava formar um tipo de homem pelo ideal de autonomia de acordo com a sua prática social. Esta universidade era caracterizada como liberal humanista e mandarinesca⁵. Com o advento da racionalidade técnica a universidade se redefine enquanto instituição, adquirindo uma nova função ligada à tecnocracia, e à capacitação profissional para os postos da grande corporação, escritórios, dependências ministeriais e dos altos cargos no interior da burocracia estatal (TRAGTENBERG, 1992).

A partir disso, destaca-se o problema geral entre dominação e saber dentro da universidade, uma vez que a mesma é uma instituição dominante que está ligada ao Estado e à dominação de classe, sendo assim, agente na produção e reprodução da ideologia⁶. Essa

³ Welfare State, Estado de Bem-Estar Social, Estado Providência ou simplesmente Estado Social é uma forma de organização política e econômica capitalista, que concebe ideologicamente o Estado como agente de promoção da saúde, cujo papel é organizar a sociedade. Souza (1999), define, genericamente, o Welfare State como a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista com a finalidade de executar medidas orientadas diretamente para o “bem-estar” de sua população.

⁴ Liberalismo clássico refere-se às primeiras formulações filosóficas, políticas e econômicas de ideólogos liberais como John Locke, Adam Smith, Jean-Baptiste Say, dentre outros. Seus princípios mais destacados e apregoados, de modo abstrato e puramente formal, eram: liberdade do indivíduo, individualismo, direito de propriedade, autonomia da pessoa, tolerância. Liberalismo clássico, nesse sentido, está ligado ao ideal da formação humanista em detrimento da vulgarização do homem diante da racionalidade técnica que depois se instaura na universidade.

⁵ Mandarinesca remonta ao mandarinato chinês que era a burocracia letrada, sobre a qual Weber (1978) fez importantes estudos no intuito de compreender a burocracia moderna. O mandarinato era a classe de burocratas que manteve durante vários séculos prestígio social por suas qualificações educacionais e culturais, e não meramente por seus poderes aquisitivos.

⁶ Ideologia, nesse texto, pode ser compreendida em dois sentidos complementares. O primeiro é o sentido mais usual proposto por Marx e Engels (1998): trata-se de um conjunto de ideias que funcionam como uma falsa consciência sistematizada para legitimar práticas de exploração e dominação. O segundo é o sentido reelaborado por Lukács (2013): a ideologia como uma imagem e/ou concepção de mundo que proporciona uma tomada de consciência dos conflitos e impasses sociais e, ao mesmo tempo, orienta o sujeito na sua práxis

ideologia que se objetiva na burocracia universitária, composta, também, por tecnocratas orientados, em muitos casos, por critérios lucrativos da empresa privada. Para além das relações visíveis, públicas e transparentes que se estabelecem na universidade, há aquelas invisíveis de posse da chamada “informação” nas soluções de gabinete, nas relações “amistosas” que tem espaço na universidade. Soma-se a isso a existência de estruturas de ensino e administrativas onde os meios (técnicas) se tornam fins, onde a criação do conhecimento e a prioridade da função social cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude (TRAGTENBERG, 1992).

A importância do controle burocrático e de todo o aparato regulatório das atividades produtivas e reprodutivas sofre um forte impacto com o enfraquecimento do modelo fordista-keynesiano e da crise fiscal do *Welfare State*. As contradições desse período, inerentes ao capitalismo foram expressão, em grande parte, da rigidez dos processos de investimento em capital fixo de larga escala e de longo prazo. Também havia a alegada rigidez nas relações trabalhistas e nos mercados, de forma geral, que deram os contornos da recessão, aprofundada pelo choque do petróleo, inflação de preços, etc (HARVEY, 1992).

Diante desse quadro geral de crise do capital, as décadas de 1970 e 1980 foram o período necessário para a fermentação de uma profunda reestruturação produtiva, social e política levada a cabo principalmente por um conjunto de novas experiências organizacionais. Exigia-se, assim, um novo processo de acumulação de modo a quebrar a rigidez dos processos e mercados de trabalho, da produção e dos padrões de consumo. Ao contrastar com os obstáculos da funcionalidade burocrática na economia e na sociedade, aparece com bastante força o imperativo da “desregulamentação”, palavra que condensaria os anseios para destravar os impasses do capital rumo ao seu livre fluxo por meio da financeirização total da economia (HARVEY, 1992).

Esse processo de desregulação de mercado, reestruturação produtiva, ampliação do capital oligopolista, instauração de novas relações internacionais, está relacionado com a ascensão do neoliberalismo. Viana (2009) destaca que o neoliberalismo é uma apropriação do liberalismo clássico, representando uma nova forma estatal que surge nos anos de 1980, enquanto produto do regime de acumulação integral do capital⁷. Esse autor ainda aponta que

resolutiva diante dos antagonismos reais. Com isso, a essência da ideologia está na função social, efetiva e prática, que uma concepção ideativa exerce no interior da luta de classes.

⁷ Para compreender o conceito de regime de acumulação integral do capital é importante explicitar a teoria do desenvolvimento capitalista dos regimes de acumulação, apresentada por Viana (2009). Diferente das mudanças no modo de produção (escravismo; feudalismo; capitalismo), os regimes de acumulação não

as consequências do neoliberalismo são: o aumento da pobreza e da miséria, da desigualdade, da criminalidade e dos conflitos sociais. É importante pontuar que essa forma estatal exerce influência em todas as áreas da sociedade humana, inclusive na própria universidade, que como instituição de saber e/ou braço do Estado, contribui com sua lógica na produção e reprodução da ideologia.

No caso do Estado brasileiro, as transformações oriundas da acumulação integral e da recepção das políticas de ajustes estruturais — de cunho neoliberal — implicaram no aprofundamento da crise econômica e social. Na década de 1980, o modelo de nossa burocracia sofre várias críticas no sentido de sua desqualificação e depreciação. É um período de recessão na economia mundial, de uma emergente reformulação dos Estados-nação e, sobretudo, no Brasil, essa reforma se dá pelo fracasso das políticas públicas com um marcante déficit social que contribui para debilitar a imagem da administração estatal e de quem trabalhava no setor público (OLIVEIRA, 2007).

A reforma administrativa pública do Governo Federal de 1995 — governo notadamente neoliberal — coordenada por Bresser Pereira (1996), estava apoiada na proposta de um modelo gerencial como uma resposta à grande crise do Estado nos anos de 1980 e que por sua vez se subordinava aos imperativos do regime de acumulação integral. Esses fenômenos forçaram em todo o mundo a redefinição das formas do Estado e da sua burocracia. Esse novo Estado, predominantemente neoliberal, é concebido pelos seus ideólogos como aquele que deve ser o facilitador da economia, tornando-a competitiva no mercado internacional.

Essas propostas e reformas foram amplamente aderidas e aceitas em virtude das falsas e impostas necessidades de uma reconfiguração da forma do Estado, realizando-se efetivamente agora apenas como um gestor das precárias políticas públicas e os sucateados

apresentam rupturas e radicalidades no processo histórico, ou seja, são transformações adaptativas no interior do capitalismo, o que não altera a sua essência (VIANA, 2009). Nesse sentido, “a sucessão de regimes de acumulação explicita a manutenção do modo de produção capitalista e de seus elementos característicos fundamentais, e a substituição de um regime por outro é marcada, no fundo, pela realização do objetivo de manter as relações de produção capitalistas e pelo aprofundamento de tendências já existentes no regime anterior, seguindo a dinâmica da acumulação do capital” (p. 15). Viana (2009) expõe a seguinte periodização para a sucessão dos regimes de acumulação: Extensivo (Da revolução industrial até o final do século XIX); Intensivo (Do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial); Intensivo-Extensivo (Do pós-guerra até 1980); Integral (De 1980 até os dias atuais). O regime de acumulação integral do capital se caracteriza pela mudança no processo de valorização, no qual a chamada reestruturação produtiva e o neoliberalismo assumem a vanguarda deste. Tal regime também altera as relações internacionais e a forma de Estado, representando a nova dinâmica do capitalismo que tem seu fundamento na busca de aumento da taxa de exploração (VIANA, 2009).

serviços prestados à sociedade mais empobrecida e vulnerável. Os meios administrativos junto com o servidor público deveriam, na visão dos ideólogos, políticos e gestores, adaptar-se à lógica de uma racionalização eficiente, descentralizadora, pragmática, voltada para os resultados e para o cidadão-cliente, que garantissem rapidez, boa qualidade e custos baixos. No que tange ao âmbito das repartições públicas ou departamentos, houve uma aproximação das funções administrativas com a cultura e lógica de resultados das organizações privadas. Nesse sentido, o Estado foi cada vez mais sendo capitulado pela lógica privatista, se desobrigando das responsabilidades quanto à vida pública e ao bem comum.

Nesta reorganização “adaptativa” do Estado brasileiro, direitos ligados à cidadania como educação e saúde passaram ao campo dos serviços, cuja oferta poderá ser transferida a “organizações sociais” de caráter privado. O que está em jogo, em particular, na educação de nível superior, é o fato decisivo do desmonte da universidade pública com um progressivo conjunto de medidas privatizantes, por meio de reformas administrativas, terceirizações, formas de financiamentos e outras práticas. As ciências humanas e sociais, nesse sentido, se afundam no processo de sua desqualificação via modernização capitalista de tipo manipulatório — o que Chauí (2001) aborda como característica inessencial das humanidades diante desse quadro estrutural — somada às condições materiais da sociedade brasileira com sua entrada no regime de acumulação integral do capital.

Desse modo, todas essas transformações no metabolismo da economia mundial ressoam não apenas nas formas de reprodução da universidade, mas também no seu conteúdo substancial:

Esse fenômeno foi abordado sob a designação de globalização, mundialização, fragmentação e dispersão dos conhecimentos. Mas, sobretudo, foi designado por meio da menção à perda de objetos de investigação, à “crise dos paradigmas” e a tentativa desesperada de substituir de uns e outros por novos, sem que isso seja possível porque o que está minado é o próprio projeto moderno que deu origem às humanidades, às ciências sociais, à história, à literatura e à filosofia e que fez nascer a universidade, tal como a conhecemos (CHAUÍ, 2001, p.165).

Um ataque direto às grandes e caras categorias da modernidade (razão, verdade, progresso etc.) tem sido realizado pela ofensiva pós-moderna⁸. A razão passa a ser posta em dúvida com a recusa dos ideais iluministas enquanto progresso racional, tomada como um

⁸ Os termos pós-moderno ou mesmo pós-modernidade e pós-modernismo são polissêmicos e envolvem muitas controvérsias, não existindo uma conceituação consensual. Partimos da importante tematização inicial de Jameson (1997), quem define o pós-modernismo como a lógica cultural do capitalismo tardio. No entanto, para além de uma visão culturalista, concebemos a cultura pós-moderna como várias formas de manifestação, expressando-se tanto nas artes quanto na academia, das alterações da economia política contemporânea.

mito etnocêntrico, sinônimo de totalitarismo e opressão. Com efeito, teóricos do pós-modernismo recusam-se a reconhecer a existência efetiva do complexo real da objetividade em detrimento da valoração da esfera da subjetividade narcísica em relação à experiência sensível cotidiana⁹. A razão, diante desta postura, não poderia apreender o sentido do tempo histórico em sua continuidade, de modo que a grande história e as ditas “grandes narrativas” perdem seu valor, desaparecendo do horizonte do saber. No lugar desse vazio de referenciais consistentes surgem, na mentalidade pós-moderna, as temporalidades presentistas, dispersas, locais, fragmentadas e imersas na celebração do particular. Ou seja, vivem num presente perene e imediato. A mesma dimensão particular que perde sua determinação reflexiva com o universal, sucumbe diante de uma concepção de realidade reduzida às representações no âmbito das diferenças e alteridades: o real imaginado como um mosaico de singularidades sem conexão (CHAUÍ, 2001).

O mencionado processo de desqualificação das humanidades e das ciências sociais, portanto, passa por esse emaranhando de problemas e novos fenômenos engendrados pelo novo regime de acumulação integral do capital, levando em conta a reprodução da sociabilidade com suas devidas mediações. Por meio do ensino e da pesquisa acadêmica, a formação do saber, direta ou indiretamente e na maioria das vezes de modo acrítico, tem abordado os novos dilemas contemporâneos sob influência dos modismos teóricos importados do momento¹⁰, das transformações culturais subordinadas à lógica mercantil. Além disso, observa-se um ambiente universitário imerso numa estetização do seu espaço, incorporando uma atmosfera de indeterminação dispersa de estilos, encenação performativa dos corpos e dos gêneros, permeado pelo discurso das identidades transitórias, jogos de linguagem e, sobretudo, um exacerbado culto à lógica da diferença e das “singularidades irreduzíveis”.

Desse conjunto de traços descritos acima emerge as tendências teóricas contemporâneas em moda nas ciências humanas (desconstrutivismo linguístico, construcionismo social, pós-colonialismo, teoria *queer* etc.) cuja expressão ideológica se correlaciona com as práticas e políticas pautadas na cultura (raça, etnia, gênero, identidade

⁹ Dentre os principais expoentes do pós-modernismo, identificados também como pós-estruturalistas (VIANA, 2009b), pode-se citar os de verve crítica (Foucault, Deleuze, Guatari, Boaventura de Sousa Santos), os de posição ambígua (Lyotard, Lypovetsky), os ecléticos (Antônio Negri, Lazzaratto), e os conservadores (Rorty, Baudrillard, Maffesoli).

¹⁰ Ver a crítica de Ouriques (2015) ao caráter dependente e colonial da academia e da das ciências sociais no Brasil.

etc.). Ilustrativas, nesse sentido, são as causas ligadas ao multiculturalismo e/ou à diversidade cultural. Discurso pelo qual todas as manifestações subjetivas e singulares são tomadas como culturais e que passam a justificar todas as razões da diferença. Cultura, nesse sentido ideológico, é usada como uma categoria imprecisa, relativista que não se subordina à verdade, pois o jargão da diversidade cultural obscurece as realidades sociais e econômicas. Toda a proclamação da diversidade cultural não reconhece que subjaz uma base econômica sob as celebradas diferenças culturais, que todo seu discurso repousa sobre a mesma infraestrutura. Emergidos nesta perspectiva, os militantes sob roupagem progressista, carentes de sólidas ideias, recuam em nome da transformação da sociedade em suas bases para abraçar as teses falsamente críticas da diversidade pós-moderna, apoiada, em grande medida, por um moralismo (neo) liberal do politicamente correto. Em última instância, o multiculturalismo emerge para preencher um vazio intelectual e político, transformando-se em ideologia de uma era sem ideias utópicas (JACOBY, 2001).

Muitas das teorias e causas que animam a paisagem pós-moderna refletem, por assim dizer, um novo irracionalismo. Uma espécie de “decadência ideológica” atualizada, fazendo analogia aqui com o conceito tematizado por Lukács (2010), que designa o momento em que a razão e a produção do conhecimento perdem seu compromisso com a busca de compreensão do real em sua totalidade para transformá-lo, desprendendo-se, assim, dos processos revolucionários. Ao perder seu papel transformador, o conhecimento se rende à apologia do presente e/ou ao fatalismo niilista. O multiculturalismo, como uma das expressões pós-modernistas, portanto, pretensamente crítico e libertário não passaria do velho e abstrato humanismo liberal clássico reutilizado para o discurso universitário, o qual acaba, em última análise, por recapitular a dominação por meio da apologética indireta do capital.

Desse modo, a universidade contemporânea encontra-se num impasse contraditório, inserida na reprodução social cuja função é cada vez mais a do pragmatismo técnico e gerencial, combinado com uma estrutura burocrática tradicional e em processo de “modernização”. Assim, ela segue na direção de seu desmonte ao responder, ainda que com alguns focos de resistência, o imperativo da privatização e da fluidez para se tornar mais leve (barata, enxuta) numa sociedade econômica e politicamente instável. Visando a pluralidade, além do mais, a universidade converte-se ao signo da “multiversidade”, pois no plano dos saberes e práticas tem institucionalizado a posição do relativismo. Isto, por fim, acaba por

negar a sua própria aspiração originária, que era o horizonte da universalidade, distanciando-se, assim, da efetiva realidade social e de qualquer possibilidade de contribuir na melhora da sociedade, muito menos na plena realização do gênero humano.

Referências Bibliográficas

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

JACOBY, R. *O fim da utopia. Política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

JANOTTI, A. *Origens da universidade: a singularidade do caso português*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril, 1982

MARX K.; ENGELS F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, C. G. *O servidor público brasileiro: uma tipologia da burocracia*. Revista do Serviço Público. Vol. 58 N.3., 2007.

OURIQUES, N. *O colapso do figurino francês. Crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015.

PEREIRA, L. B. Da administração pública à gerencial. *Revista do serviço público*. Vol. 47(1), 1996.

SOUZA, M. M. C. *A Transposição de Teorias sobre a Institucionalização do Welfare State para o Caso dos Países Subdesenvolvidos*. Brasília: IPEA, 1999.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.

TRAGTENBERG, M. *A Delinquência Acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder*. São Paulo: Rumo, 1979.

VIANA, N. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Editora Santuário, 2009.

VIANA, N. “Modernidade e Pós-Modernidade” *Revista Enfrentamento*. Ano 4, num. 6, Jan/Jun, de 2009b.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. *in: Campos Edmundo (org.) Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.